



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**Assunto:** Proposta de Instituição do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.

**Origem:** GAC/DRH/SRHU

Brasília/DF, 28 de janeiro de 2010.

**NOTA TÉCNICA nº 01 /2010**

**Ref:** Proposta de Instituição do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.

**Nº do processo:**  
02000.003243/2009-71

## **1. Introdução**

**1.1.** O Ofício SMA/GAB/344/2009, de 17 de dezembro de 2010, propõe nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 1997 e da Resolução CNRH nº 5, de 2000, a criação de um Comitê de Bacia Hidrográfica, tendo com área de atuação a bacia do rio Grande, compartilhada pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo. As justificativas apresentadas para a sua criação estão relacionadas: a capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica, a área territorial, a variedade de ambientes; o número populacional, a participação no cenário econômico do país, a existência de 14 comitês de bacias estaduais já instalados, a assimetria na implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos, os impactos quali-quantitativos das águas originados das atividades relacionadas com o desenvolvimento social e econômico da região e as situações de conflito instaladas com potencial de impacto em toda a bacia. Estas constatações estão compatíveis com a documentação encaminhada.

**1.2.** Ressalta-se que a bacia hidrográfica do rio Grande encerra 8% da capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica do Brasil, dos quais cerca de 60% encontram-se em trecho-divisa São Paulo-Minas Gerais, portanto, em águas comuns, e contribui de maneira direta com a geração hidrelétrica em todo o rio Paraná, até a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o que demonstra o papel estratégico da região e uma necessidade de gestão integrada, participativa e compartilhada, para administração dos conflitos, decorrentes da implantação e operação de unidades geradoras de energia hidrelétrica..

**1.3.** E que a quantidade de estabelecimentos industriais e agropecuários é relativamente alta, e o efetivo do rebanho é expressivo, acarretando um alto consumo de água. Somam-se a isso a significância dos outros usos da água dessa bacia, como

turismo e lazer náuticos, pesca e exploração de água subterrânea e a significância da aceleração do processo erosivo, que, com o conseqüente assoreamento, diminui a capacidade de reservatórios e cursos de água. Esse quadro gera como impacto o conflito de uso da água.

**1.4.** Os interessados além dos documentos exigidos, conforme a Resolução CNRH nº 05, de 2000, acrescentaram também a comprovação das adesões favoráveis à criação do Comitê, manifestadas pelas Prefeituras Municipais, Usuários e Organizações e Entidades dos Estados de Minas Gerais e São Paulo e dos Comitês dos tributários, já instalados na bacia.

## **2. Análise**

### ***Caracterização da Bacia***

**2.1.** A bacia hidrográfica do rio Grande situa-se na região Sudeste do Brasil, na Região Hidrográfica Paraná que, em conjunto com as Regiões Hidrográficas Paraguai e Uruguai, compõe a Bacia do Prata. Abrange uma área de 143.437,79 km<sup>2</sup>, dos quais 57.092,36 km<sup>2</sup> (39,80%) encontram-se no Estado de São Paulo e 86.345,43 km<sup>2</sup> (60,20%) no Estado de Minas Gerais. São 396 municípios sendo 214 (54,45%) em Minas Gerais e 179 (45,55%) em São Paulo e uma população estimada de 8.841.207 de habitantes.

**2.2.** No que tange à dominialidade dos cursos de água na BHRG, verifica-se que 12,37% da extensão dos cursos de água são de domínio da União, 36,23% são de domínio do Estado de São Paulo e 51,40% são de domínio do Estado de Minas Gerais. Ao longo do seu curso encontram-se instaladas 13 barragens motorizadas para geração de energia elétrica, que formaram espelhos de água os quais são mais expressivos na porção mineira, exemplificado pelo reservatório da UHE Furnas.

**2.3.** No diagnóstico apresentado foram listadas 10 (dez) atividades que exercem pressão sobre os recursos hídricos da bacia, sendo: crescimento populacional; população flutuante; atividades agropecuárias; industrialização; exploração de água mineral; produção de energia; turismo e lazer náuticos e produção pesqueira.

**2.4.** Também apresentaram como indicadores de pressão: demanda de água; demanda de água tratada; produção de esgoto doméstico; produção de resíduos sólidos doméstico; áreas contaminadas; feições erosivas; aceleração de processo erosivo e desenvolvimento humano.

**2.5.** E como indicadores de impacto colocaram as doenças de veiculação hídrica, óbitos decorrentes de doenças de veiculação hídrica e as situações de conflito de usos das águas.

**2.6.** Foram apresentadas 35 situações de conflito, 12 na vertente mineira e 23 na paulista, cabendo destacar como conflitos identificados: lançamento de esgoto; operação de usina hidrelétrica; irrigação; erosão; recreação e lazer e percentual da vazão de referência adotada.

**2.7.** Os dados do diagnóstico apontam que 43,51% da demanda de água está destinada a atividade de irrigação, aquícultura e dessedentação animal, seguido do uso industrial e abastecimento, com os respectivos percentuais, 37,37% e 16,78%.

**2.8.** Quanto a qualidade de água 54,23% da extensão dos cursos de água monitorados tiveram classificação boa, mas a vertente mineira vem demonstrando um aumento no percentual da classificação ruim. Isso para os rios monitorados, contudo foi apresentada a dificuldade em obter esse tipo de informação.

**2.9.** A bacia apresenta alta taxa de densidade demográfica em pequenas extensões do território da bacia, os centros urbanos, e seus conseqüentes impactos aos recursos hídricos.

**2.10.** Na bacia encontram-se já instalados 14 comitês referente a uma unidade de gestão, sendo 8 na vertente mineira e 6 na vertente paulista.

**2.11.** Quanto aos instrumentos de gestão destacaram que na vertente mineira nenhuma bacia tem plano de bacia de recursos hídricos elaborado já na vertente paulista todas têm, quanto ao enquadramento na vertente mineira apenas o rio Verde foi enquadrado e, na vertente paulista, todos os cursos de água já teriam sido enquadrados. No que tange a outorga, apontaram que todas as unidades de gestão têm utilizado este instrumento. Já a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o sistema de informação sobre recursos hídricos seriam instrumentos ainda não implementados nas unidades de gestão.

**2.12.** A criação deste comitê busca essencialmente criar condições para a governança dos recursos hídricos, ou seja, ambientes e mecanismos para atuação harmônica dos segmentos responsáveis pela gestão das águas, como: os usuários da água, a sociedade civil e o poder público que representam a bacia, a partir dos anseios da sociedade local, que embora distribuída por um vasto território, apresenta uma notável semelhança cultural, sócio-econômica e política.

### ***Processo de articulação***

**2.12.** O processo de articulação necessário para a criação da demanda quanto a gestão de recursos hídricos, a partir da criação e efetivação do comitê dessa bacia iniciou em 2001 com reuniões nas cidades de Poços de Caldas, Ribeirão Preto e Pirassununga, após contato entre representantes do CBH Mogi-Pardo (MG) e do CBH Pardo (SP) durante o 3º Encontro Nacional de Comitês (2001).

**2.13.** Em 2002 aconteceu a quinta reunião em Caldas. Em 2004 foi realizado o I Encontro de Gerenciamento de Recursos Hídricos, apresentando como resultado relevante a criação do Grupo Executivo da Bacia do Rio Grande (GEBRG) composto por 6 membros de cada Estado. Somente em 2005 houve a segunda reunião do GEBRG em Franca onde se discutiu o contrato dos estudos da Bacia – CORHI/SMA/DAEE. A 1ª Oficina de Integração da Bacia do rio Grande aconteceu em 2006, na cidade de Poços de Caldas. Houve uma lacuna em 2007, sendo retomadas as discussões em 2008, quando também aconteceu a II Oficina de Integração da Bacia do rio Grande, realizada em Ribeirão Preto. Dando continuidade, em 2009 foi assinada a Resolução Conjunta SMA-SP e SEMAD-MG nº 01, criando o Grupo de Coordenação para constituir o Comitê da bacia do rio Grande, bem como realizadas reuniões para encaminhamento dos trabalhos iniciados na II Oficina e também distribuído o material de divulgação do Comitê além do encaminhamento das adesões à proposta de instituição do Comitê.

**2.14.** Todo o trabalho de mobilização indicou pela criação de um Comitê de integração para a Bacia Hidrográfica do Rio Grande.

### ***Justificativas para a criação do Comitê:***

**2.15.** Dentre as razões que justificam a presente proposta destacam-se:

1 – Expressiva área territorial, extensa variedade de ambientes, grande número de municípios e população significativa.

- 2 – Capacidade instalada de energia (8% da geração nacional) e contribuição na geração hidrelétrica à jusante até a Usina de Itaipu.
- 3 – Equacionamento dos conflitos comumente surgidos com a implantação e operação das unidades geradoras de energia hidrelétrica, haja vista os fundamentos da Lei nº 9.433, de 1997 (“gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.”).
- 4 – Assimetria na implementação dos instrumentos de gestão nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia.
- 5 – Diferença de datas nas implantações dos comitês de bacia, mas por essas existências aconteceria uma coalizão dos comitês dos rios afluentes, o que representa uma base sólida para a gestão dos recursos hídricos.

### 3. Parecer Técnico

**3.1.** A Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, estabelece em seus arts. 9º e 10 todas as requisitos necessários para consubstanciar a proposta de instituição de Comitê de Bacia Hidrográfica, cujo rio principal seja de domínio da União.

**3.2.** No que diz respeito ao que se estabelece no art. 9º da Resolução citada, a proposta de criação será aceita se subscrita por **pelo menos três** das seguintes categorias:

“I - Secretários de Estado responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos de pelo menos dois terços dos Estados da Bacia;

II - Quarenta por cento dos municípios cujos territórios estão na Bacia;

III - No mínimo cinco entidades representativas dos usuários, de pelo menos três dos usos, ou setores (abastecimento urbano, indústria, irrigação, hidroeletricidade, hidroviário, pesca ou turismo e lazer);

IV - Dez entidades civis de recursos hídricos, com atuação comprovada na bacia.”

**3.3.** Conforme análise dos documentos comprovou-se a apresentação dos documentos referentes às subscrições dos secretários de todos os Estados envolvidos, quais sejam, São Paulo e Minas Gerais.

**3.4.** Quanto ao inc. II do art. 9º foram encaminhadas subscrições de 223 prefeituras, sendo 91 do Estado de Minas Gerais e 132 do Estado de São Paulo, o que totalizou 56,75% dos municípios da bacia.

**3.5.** Considerando o inc. III do art. 9º foram apresentadas 62 manifestações de usuários relacionados com abastecimento urbano (23), agricultura (24), hidroeletricidade (2), indústria (9), lazer turismo e pesca (3) e hidroviário (1), número muito superior ao determinado pela deliberação em questão.

**3.6.** Finalmente quanto ao cumprimento do inc. IV do art. 9º foram relacionadas 41, sendo 17 organizações técnicas de ensino e pesquisa e 24 organizações não governamentais.

**3.7.** Os proponentes ainda encaminharam a adesão de outras 30 instituições que indiretamente são envolvidas nas questões inerentes aos Recursos Hídricos, sendo que algumas podem ser caracterizadas, no nosso entendimento, como entidades civis, atuantes na bacia, com interesse em se envolver no processo de mobilização para criação do referido Comitê, como a seguir: Loja Maçônica, Rotary Clube, Associações de classe etc.

**3.8.** No que diz respeito ao que se estabelece no art. 10 da mesma Resolução, foram anexadas à documentação, a “Justificativa circunstanciada da necessidade e

oportunidade de criação do Comitê”, a “Caracterização da Bacia inclusive com a identificação dos setores usuários”, bem como a indicação da Diretoria Provisória.

**3.9.** Também foram anexados: mapas com as características da bacia, as peças publicitárias impressas, utilizadas no processo de articulação/mobilização e documentos que comprovam o processo de mobilização, como os relatórios apresentando os resultados das oficinas realizadas, além da Resolução Conjunta SMA-SP e SEMAD-MG nº 01, de 04 de maio de 2009, que constitui o Grupo de Coordenação para promover a gestão integrada na bacia hidrográfica do rio Grande, por meio da cooperação entre os Comitês de Bacias e órgãos gestores dos recursos hídricos, com vistas ao estabelecimento de bases técnicas para a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Grande, além das moções de apoio dos comitês da bacia.

#### **4. Conclusão**

**4.1.** Para o alcance de uma gestão de recursos hídricos mais adequada na bacia é fundamental uma articulação entre todos os entes federais e estaduais, necessitando, para tanto, de uma concepção estratégica e operacional para tornar possível a aplicação dos princípios, conceitos, instrumentos técnicos configurados pelo modelo de gestão preconizado pela Lei nº 9.433, de 1997, passando pela criação do comitê da bacia.

**4.2.** Após análise da documentação, pode-se concluir que os documentos e manifestações de apoio à criação do Comitê foram apresentados, conforme estabelecido na Resolução CNRH nº 5, de 2000.

**4.3.** Feitos esses esclarecimentos e estando instruído o processo, recomendamos que sejam tomadas as medidas necessárias com vistas ao andamento do processo.

À consideração superior,

Brasília, 28 de janeiro de 2010.

**EDNALDO MESQUITA CARVALHO**  
Técnico Especializado Nível IV

**RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA**  
Técnica Especializada Nível IV

Ao Senhor Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Substituto,

**De acordo**, para manifestação da ANA e posterior trâmite no CNRH.

Em,        / janeiro / 2010

**MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**  
Gerente da GAC